



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6197 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO RS: REFLEXÕES SOBRE IMPACTOS NO PROCESSO ESCOLAR E NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Maria Verônica Roldán Pinto - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Maria de Fátima Cóssio - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Susana Schneid Scherer - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO RS: REFLEXÕES SOBRE IMPACTOS NO PROCESSO ESCOLAR E NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**PALAVRAS-CHAVE:** Parcerias público-privadas. Educação Pública. Políticas educacionais.

O presente estudo se propõe a refletir sobre alguns impactos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) sobre o processo escolar na educação pública. Para tanto, vale-se de dados da pesquisa “XXXXXXXXXX informação suprimida”, realizada entre os anos de 2016 e 2019, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas XXXXXXXXXXXX informação suprimida, vinculado à XXXXXXXXXXXX informação suprimida. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram cinco instituições privadas,, sem fins lucrativos, mais prevacentes promovendo programas educacionais nas redes públicas de ensino no estado do Rio Grande do Sul: Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Natura, Fundação do Sistema Cooperativo de Crédito (SICREDI), Associações dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), e a Federação Nacional das Associações Atléticas do Banco do Brasil (FENABB). A pesquisa se desenvolveu a partir do estudo dos documentos políticos que embasam as parcerias e os programas educacionais por elas efetivados.

Considerou-se como documentos políticos todos os materiais oficiais, notícias na mídia e outras informações nas páginas online das instituições, governos públicos ou outro espaço na internet que pudessem contribuir para a compreensão da proposta do estudo. Para a análise desses textos se compartilha da perspectiva adotada por Shiroma, Campos e Garcia (2005), compreendendo os textos políticos como portadores de discursos educacionais que devem ser investigados para além das palavras que apresentam, no sentido de se identificar pressupostos e fins que os tangenciam. Para tanto, detectam-se termos importantes e que orientam tais políticas, realizando-se o seu aprofundamento por meio do agrupamento de termos, cotejando-os com estudos já realizados, e colocando os textos em confronto uns com os outros, buscando aferir sentidos, concepções e orientações educacionais.

Para compreender os textos políticos foi importante entender o contexto político. Nesse sentido, destaca-se que o avanço do neoliberalismo como modelo político e social dominante, culminou em uma reestruturação institucional do Estado, remodelando-o. Neste processo, situa-se a “nova gestão pública” (NGP), que se configura enquanto um grupo de elementos que incluiu metas de desempenho, transferência do gerenciamento para gestores, padrões e indicadores de qualidade, alocação por resultados, auditoria e terceirização de atividades anteriormente centrais no setor público, conformando-se enquanto estratégia de gestão para nele introduzir discursos e políticas próprias do setor privado. Assim, agências internacionais e governamentais articulam-se a partir de “parcerias”, instrumentalizando o avanço das ideias de livre mercado e projetos políticos neoliberais que se materializam a partir de uma agenda internacional, apontando para uma reformulação também das relações de classe (ROBERTSON e VERGER, 2012).

As PPPs se inserem neste cenário de alterações das formas de gestão da máquina pública, decorrentes do processo de reconfiguração do papel do Estado para atender às necessidades do capitalismo neoliberal. Elas são materializadas a partir de um conjunto de políticas que visam corresponder às metas de desenvolvimento estabelecidas pelos organismos e agendas internacionais, reforçadas por agentes nacionais e locais, instaurando nas redes educacionais públicas a lógica privada mercadológica, que passa a ser a tônica da organização da escola. Assim, observa-se o avanço de PPPs em educação, que se constitui em um atrativo nicho para investimento e oportunidade de negócios para agentes privados, institutos, fundações, que passam, inclusive, a influenciar a definição de políticas públicas de educação, ocupando lugares de destaque junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Juridicamente, as PPPs foram impulsionadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso que se propôs em adotar práticas gerenciais, e fomentaram iniciativas de mesmo cunho ao redor do país. No Estado do Rio Grande do Sul, durante o governo de Germano Rigotto (MDB), de 2003 a 2007, debates entre setor público e empresas propiciam a aprovação da Lei 12.234 em setembro de 2005, que dispõe sobre a contratação de PPPs para a administração direta. Instituído o “Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul (PPP/RS), oficializa o acordo entre administração pública e entes privados, estabelecendo um vínculo jurídico que respalda sua interferência no serviço público, abrindo caminho para o processo de privatização. Em 2015, sob o governo de José Ivo Sartori (PMDB), é aprovada a Lei 14.734 de setembro de 2015, que aprova o “Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor”, o qual incentiva a efetivação de parcerias de pessoas físicas e jurídicas com escolas públicas estaduais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino nesta rede de ensino (XXXXXX, 2019). Ademais, as pesquisas do XXXXXXXXXX têm depreendido legislações de amparo a PPPs sendo adotadas massivamente em nível local.

Como se percebe, progressivamente são repassadas ações estatais e políticas públicas para o setor privado, sob a justificativa de que as instituições são improdutivas e ineficientes. Neste cenário é que se inserem as implicações no processo escolar das PPPs investigadas durante a pesquisa que embasa este debate. Considerando a dimensão da influência das parcerias sobre a formação e o trabalho docente e, conseqüentemente, seus impactos sobre o processo escolar, este trabalho se debruça sobre a ação de três entes, a saber: Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna (IAS) e Fundação do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), em vista de desenvolverem propostas que atingem diretamente as redes de ensino.

O Instituto Natura, constituído enquanto Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCI), vinculado à empresa brasileira de cosméticos Natura, foi criado em 2010 a fim de atuar no campo da educação, através da oferta de formação continuada. Tendo como parceiros mais expressivos a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Inspirare e a Fundação

Lemann, desenvolve os programas Trilhas, Educom Mais, Conviva e Comunidades de Aprendizagem, com o propósito de incidir sobre a atuação docente a partir da disponibilização de materiais teóricos e didáticos e de cursos à distância.

A atuação desse ente se justifica a partir dos diagnósticos e avaliações do sistema público nacional, elaborados por instituições do terceiro setor, onde a educação básica é avaliada como precária, desqualificada e carente, tomando como referência o desempenho dos estudantes em avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Desta forma, baseando-se em experiências de países desenvolvidos, utiliza-se de dispositivos para expor e disseminar ideias de qualidade educacional, lançando mão de métodos padronizados de currículo em sistemas apostilados, da medição de metas e indicadores por meio de propostas de avaliação estandardizada, com vistas a promover práticas pedagógicas que atendam a tais fins.

O Instituto Ayrton Senna (IAS), organização sem fins lucrativos definida como Organização Social – OS, iniciou sua atuação em soluções educacionais em escala há mais de 25 anos, por meio de parcerias com governos, tendo inclusive alguns de seus programas incluídos pelo MEC com o propósito de oferecer a gestores educacionais auxílio na aquisição de materiais e tecnologias para as escolas públicas brasileiras. Pela análise realizada no Estado do RS, nos dados da pesquisa sobre a atuação do IAS, foram evidenciados três programas presentes na rede de ensino: Se Liga e Acelera, sem dúvida os dois carros chefes da instituição; e um programa mais recente, lançado em 2015, chamado de Letramento em Programação Digital.

O programa Acelera, iniciado em 1997, teve como apoiadores o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) e a Petrobrás, sendo que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assumiu o apoio financeiro do programa até o fim dos anos 2000. Já o Se Liga, criado em 2001, visa basicamente recuperar o atraso escolar e diminuir as taxas de evasão. A proposta destes dois programas se baseia na pedagogia do sucesso. Segundo Heredero (2013), os fundamentos teóricos do Acelera e Se Liga são o construtivismo, a participação e a globalização, conforme declarações da OCDE e deliberações da Conferência de Jomtien para a educação realizada pela UNESCO e financiada pelo Banco Mundial. A ênfase central é a valorização de competências como autonomia e iniciativa pessoal, social e cidadã, com estímulo de uma dinâmica de educação integral do aluno, sendo trabalhadas habilidades socioemocionais, como comunicação, colaboração, autoeficácia, autogestão, pensamento criativo e holístico, fatores entendidos como necessários de serem dominados pelo cidadão apto a viver no século 21.

O programa Letramento em programação digital, em sua especificidade, visa realizar projetos computacionais a fim de preparar o aluno para o século XXI, por meio do desenvolvimento de competências como autonomia, cooperação, raciocínio lógico e facilidade de resolver problemas, criatividade, ou seja, articulando as demandas do mundo do trabalho às tecnologias de informação e comunicação contemporâneas. Resumidamente, são realizadas iniciativas para a formação de professores, com vistas a oferecer recursos para que possam incorporar e integrar conceitos e práticas computacionais em sua atuação em sala de aula. As ações acontecem através de convênio assinado com as instituições mantenedoras das redes de ensino, e contam com parceiros como a faculdade privada IMED e investimentos financeiros da empresa de tecnologia LINX. Existe um sistema próprio, no qual as informações do cotidiano escolar são registradas mensalmente, o Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI), “uma ferramenta de gestão que registra os dados educacionais dos municípios “parceiros” com o objetivo de permitir a “rápida tomada de decisão” a partir de relatórios de análise e de intervenção” (SOARES, 2010, p. 73).

Da análise das propostas do IAS observa-se a preocupação com o controle do processo escolar, com mecanismos gerenciais de acompanhamento, controle e avaliação externa, de forma que essa última categoria, em especial, vem se aprimorando ao longo do tempo. Também são listados métodos de supervisão e assistência técnica permanente aos professores, e formações continuadas, lideradas pela equipe de profissionais da secretaria de educação local, corresponsável pelos resultados (XXXXXX, 2019).

A Fundação SICREDI é o braço social e cultural do Banco Sistema de Crédito Cooperativo, e foi através dessa entidade que se verificou sua inserção nas escolas. Entidade privada com autonomia jurídica e financeira, reconhecida como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), é responsável pelo desenvolvimento do programa “A União faz a Vida”, além da iniciativa “Educação Financeira” que é promovida na forma de projeto, em parceria com o Banco Central.

O programa a União faz a vida, criado em 1995, é um programa mediado através de PPP entre o Sicredi local e as redes de ensino. Seus princípios se ancoram na ideia de cooperação cidadã e de valores de empreendedorismo e solidariedade com vistas à educação integral do aluno, com o apoio de educadores, pais e comunidade (A UNIÃO FAZ A VIDA, 2017). Sua proposta de educação cooperativa foi elaborada a partir de exemplos internacionais e da parceria com o Centro de Desenvolvimento e Pesquisa sobre Cooperativismo da Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos – São Leopoldo/RS). Grosso modo, para o seu desenvolvimento é realizada uma rede que conta com gestores membros do SICREDI; apoiadores (comunidade); parceiros (Secretarias de Educação e Instituições educacionais) e assessoria Pedagógica (Universidades ou outras instituições especializadas) na formação dos professores e membros da rede de ensino para a execução da proposta. Esta proposta apresenta uma série de cadernos didáticos, que após a formação pedagógica dos docentes e membros da rede, devem ser seguidas. Tendo como um dos principais objetivos a disseminação da educação financeira e cooperativa, ideias de empreendedorismo, aprendizagem ao longo da vida e flexibilidade. Esta Fundação atua na propagação de ideias vinculadas ao mercado financeiro, corroborando para a formação de sujeitos adequados às demandas do capitalismo (XXXXXX, 2019).

Quadro síntese dos programas e propostas desenvolvidas nas redes de ensino do RS.

	PROGRAMA	FOCO DAS AÇÕES	METODOLOGIA E PRINCÍPIOS
IAS	Se Liga; Acelera; Letramento em programação.	Programas de alfabetização.	Redução da reprovação e disparidade idade-série.
NATURA	Trilhas.	Cartilhas de orientação metodológica.	Formação continuada; cursos à distância; disseminação de ideias e qualidade referenciada em índices de países desenvolvidos.
SICREDI	A união faz a vida.	Proposta de educação cooperativa.	Formação de professores; disseminação da educação financeira e cooperativa, empreendedorismo.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

A partir da análise da atuação dos entes apresentados, bem como da lógica que respalda suas estratégias de atuação junto ao sistema de ensino, percebe-se que esta produz sérias implicações para o trabalho dos professores, especialmente porque pretende incidir sobre o processo de ensino-aprendizagem na educação pública.

Identifica-se que há um perfil comum entre tais programas, com sistemas apostilados que propõem currículos unificados, práticas pedagógicas prescritivas, e metodologias de avaliação estandarizadas, baseadas em indicadores de resultados nacionalmente definidos, com vistas a hegemonizar aquilo que tem sido compreendido como uma agenda globalmente estruturada para educação (DALE, 2010).

A influência de organizações e de instituições privadas que atuam em prol da disseminação da lógica mercadológica e das necessidades do capital no processo escolar cria um ambiente de responsabilização de alunos e professores em relação aos resultados educacionais, não raro tomando por base os indicadores de países desenvolvidos, em dissonância com a realidade brasileira.

Shiroma e Evangelista (2014) apontam que organismos internacionais, agências econômicas e empresariado passam a assumir o governo da educação, com ênfase na reforma da gestão e na formação docente, empenhando-se em interferir nos seus rumos e em uma reforma educacional que atenda a seus interesses de classe:

Conclui-se que o Estado não se afastou para dar espaço ao setor privado; ao contrário mantém-se presente, mas não como provedor exclusivo dos serviços públicos – entendidos como atendimento ao público -, e sim como regulador. Modificou-se a configuração do Estado, a participação de organizações da Sociedade Civil, em especial de empresários, na formulação de políticas públicas, com repercussões sobre a reposição da hegemonia burguesa, problema central para governar (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014, p. 24-25)

A partir do argumento de inadequação da educação para atender às demandas do século XXI, projetos, tais como os aqui apresentados, são articulados com o objetivo da reconversão do professor, da escola, de suas funções e de seus tempos e espaços, com o propósito de compatibilizá-la com o padrão de acumulação capitalista. Parcerias público-privadas são constituídas numa crescente investida do setor privado na educação pública, conformando um projeto que visa reconverter as funções da escola e do professor e atualizá-los de acordo com os interesses do capital (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014).

Peroni (2015) analisa igualmente a relação entre público e privado, apontando que suas fronteiras têm se modificado num contexto onde as estratégias de superação da crise do capitalismo terminam por redefinir o papel do Estado no que diz respeito às políticas sociais: racionalização de recursos e esvaziamento do poder das instituições públicas. Neste contexto, o poder público se retira da responsabilidade da execução e direção das políticas sociais e, igualmente, educativas, que são repassadas para a sociedade num processo de inversão de papéis. O estabelecimento de PPPs, conformam projetos societários onde a lógica do mercado atinge o conteúdo da educação e passa a ser parâmetro de qualidade. Instituições privadas passam a pensar, determinar e monitorar a escola, produzindo um processo de mercantilização e privatização da educação, com sérias consequências para a democratização da educação.

O debate desenvolvido neste trabalho aponta que a inserção da lógica do capital sobre

o processo escolar, a partir de novas formas de regulação e do estabelecimento e de PPPS na educação, vincula-o profundamente ao desenvolvimento econômico e ao processo produtivo. A crescente penetração do setor privado no campo educacional, seja no âmbito do conteúdo, currículo, formação, etc., sob a justificativa de proceder à qualificação da educação pública, traz sérias consequências para o processo escolar, precarizando o trabalho dos professores e retirando sua autonomia, além de fragilizar a efetivação de uma educação pública, gratuita e de qualidade, sintonizada às necessidades populares e manifestada em preceitos de justiça, igualdade e democracia social.

## REFERÊNCIAS

XXXXXXXXXXXX (Coord.). XXXXXXXXXXXX. 2019. 167f. Relatório de Pesquisa. XXXXXXXXXXXX informação suprimida, 2019.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a educação”? **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.

HEREDERO, Eladio Sebastián. **Fundamentação teórica dos programas do IAS: “Se Liga” e “Acelera Brasil**. Setembro de 2013. Acesso em 20/04/2019. Disponível em: [www.redevencer.org.br/Arquivos](http://www.redevencer.org.br/Arquivos).

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012.

SHIROMA, Eneida; CAMPOS, Roselane; GARCIA, Rosalba M. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. In: **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 34, n. 11, p. 21-38, mai./ago. 2014.

SOARES, Luana Bergmann. **A ação do Instituto Ayrton Senna na Rede Municipal de Educação de Joinville/SC (2001-2008): subordinação da escola pública a princípios e métodos da gestão empresarial**. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2010.